

# Caminho de muitos obstáculos

Ingrid Rocha

O caminho da Comissão Constitucional, nesses 120 dias de Nova República, foi pontilhado de marcas e contramarchas. Tancredo Neves anunciou formalmente que criaria comissão encarregada de preparar esboço de anteprojeto à Constituição e que assinaria decreto instituindo-a na reunião geral de todo o seu Ministério, no dia 17 de março. Efetivado na Presidência, Sarney protelou o quanto pôde a criação oficial da comissão, que finalmente será constituída hoje.

Nessas idas e vindas, a Comissão foi esvaziada na sua finalidade política de elaborar o esboço da nova Carta, relegada a um organismo mais técnico; recebeu críticas de vários setores e foi o pomo da discórdia entre o ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o jurista Afonso Arinos, que a presidirá. Lyra, numa esfera mais progressista e defendendo a participação de sindicalistas na composição da Comissão, custou a entender-se com Arinos, egresso das hostes mais conservadoras da velha UDN e mais preocupado em formar uma comissão predominantemente de juristas.

O racha entre Arinos e Lyra deu-se quando o jurista, convidado por telefone por Tancredo para presidir a Comissão, declarou no Rio de Janeiro que a Comissão Pré-Constituinte deveria sair da jurisdição do Ministério da Justiça e ser vinculada à Presidência da República, que poderia proporcionar uma comunicação mais fácil com todos os Ministérios. A

declaração do ex-chanceler caiu como uma bomba em cima do Ministério da Justiça, que politicamente já estava desprestigiado.

Lyra confidenciou a amigos que Arinos querida «uma secretária e uma máquina de escrever» ao invés de uma comissão representada por vários segmentos da sociedade. Ainda entorpecido com a «descortesia» do ex-ministro das Relações Exteriores, o titular da Justiça emitiu nota sucinta à imprensa na qual afirmava que não lhe cabia discutir as preocupações de Afonso Arinos com a Comissão Constitucional. Deixou claro que cumpriu determinações de Tancredo Neves, posteriormente reiteradas por Sarney.

Voltou a afirmar que a sua Pasta daria os instrumentos para o funcionamento da Comissão. Assinou, datou e esperou pela repercussão. Sarney não puxou o tapete de seu ministro da Justiça, embora Arinos afirmasse que nada seria feito sem o seu expresso consentimento. Mas os problemas continuavam.

Entre uma batalha e outra, deu-se breve trégua patrocinada pelo assessor especial de Sarney, jurista Célio Borja. Em almoço na casa de Lyra, Borja apresentou a Arinos a fórmula conciliatória. A comissão seria instalada simbolicamente no Ministério da Justiça e no Palácio do Itamaraty no Rio, apesar de vir a funcionar no prédio da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília. Aparentemente Arinos e Lyra estavam caminhando para o mesmo rumo. Todos saíram felizes do

almoço e não faltaram trocas de elogios.

Arinos, contudo, puxou novo coelho da cartola. Simplesmente ignorou a lista deixada por Tancredo, elaborou outra constituída basicamente por juristas e entregou pessoalmente a Sarney, para indignação dos órfãos de Tancredo. Ficaram de fora na relação os sindicalistas, a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) e tantos outros. O ex-chanceler queria que o professor Evaristo de Moraes Filho, conhecido por suas posições conservadoras, integrasse a comissão, deixando de fora seu irmão, o criminalista Antônio Evaristo de Moraes Filho, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, que consta da lista de Tancredo. Assessores de Sarney garantem que Antônio Evaristo é quem fará parte da Comissão.

O presidente Sarney encontrou a fórmula capaz de agradar a todos. A relação final dos membros da comissão será fruto de três fontes de consulta: a lista de 33 nomes deixada por Tancredo, a elaborada por Arinos e nomes da preferência do próprio Sarney. Lyra promete divulgar a lista amanhã e pôr uma pá de cal na controvérsia.

Mas tantas marchas e contramarchas acabaram por esvaziar a Comissão, deixando-a vulnerável às críticas. O objetivo inicial que se tinha, de não encomendar apenas um texto que servisse de base aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, mas criar um fato político capaz de estimular o grande debate nacional sobre a natureza do Estado a ser instituído, per-

deu-se em vaidades e na demora em se criar a comissão.

Do PDT a Ordem dos Advogados do Brasil, todos criticaram a comissão. Oliner Nadyr Rossetti protestou, sustentando que «um anteprojeto elaborado pelo Executivo condicionaria a própria eleição para a Constituinte. Para ele, fazer uma Constituição não é tarefa de juristas mas, sim, de políticos, únicos que podem refletir as aspirações do povo.

A OAB, por sua vez, em documento encaminhado a Sarney, rejeita qualquer anteprojeto de constituição a ser remetido, como privilegiado documento-base, à futura Constituinte. «sobretudo oriundo por atuais poderes da República». Visto de outro ângulo, porém, a Comissão poderá estimular o debate em torno da Constituinte, promovendo ampla discussão.

O esboço de anteprojeto a ser elaborado não é um pressuposto de que os constituintes tenham que ater-se a ele. Sua soberania sendo ilimitada, eles podem aceitar o texto, em todo ou em parte, ou recusá-lo, em parte ou no todo. Entendem assessores de Lyra que a existência da Comissão, e a presença nela, de líderes sindicais, permitiria um amplo debate sobre a natureza da Constituição e o papel soberano da Constituinte. A Comissão será criada e cabe agora, como era opinião de Tancredo, fazer com que possa de fato estimular o debate e proporcionar ao povo a oportunidade de escolher com mais responsabilidade os delegados constituintes.